



BOLETIM 143

Brasília, 15 de junho de 2016

Proposta sobre financiamento sindical deve ser apresentado hoje

A Comissão Especial sobre Financiamento da Atividade Sindical reúne-se nesta quarta-feira (15) para apresentação e discussão do parecer do relator, deputado Bebeto (PSB-BA). O objetivo do colegiado é elaborar uma proposta que unifique os projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que tratam da estrutura sindical, do financiamento sindical e da organização dos sindicatos. A comissão foi instalada no dia 1º de outubro do ano passado e tem como presidente o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP).

FST e CONTRICOM – Na última segunda-feira (13), em Brasília, reuniu-se o Fórum Sindical dos Trabalhadores, que representa as confederações nacionais laborais, para discutir o financiamento sindical, diante da possibilidade do deputado Bebeto apresentar seu parecer esta semana.

A CONTRICOM foi representada pelo secretário Jairo José da Silva, em razão da viagem do presidente Mazinho ao Maranhão para acompanhar o processo eleitoral da Federação daquele Estado.

Segundo Jairo, durante o encontro foi evidente o desconhecimento em relação à proposta do relator do processo na Câmara dos Deputados e foi dado conhecimento do projeto da Central Força Sindical sobre custeio.

O representante da CONTRICOM avaliou que “houve um certo consenso no sentido de manter o atual sistema em razão dos riscos de retrocesso na votação no legislativo sobre a matéria, diante de outras pressões”.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, asseverou que “há uma forte preocupação das confederações e do movimento sindical como um todo no sentido de resolver a questão relativa à contribuição assistencial/negocial/confederativa, em razão das ações movidas pelo Ministério Pública contra a inclusão nos acordos e convenções coletivas da extensão dessa contribuição aos trabalhadores não sindicalizados”.

Mazinho lembrou que a FETICOM-RS e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Brasília, filiados à CONTRICOM, conseguiram, recentemente, decisões de seus respectivos tribunais do trabalho que asseguram a possibilidade de estender a contribuição assistencial aos não sindicalizados, dentro de um limite em sua cobrança e incluído no acordo ou convenção.

Segundo o presidente da CONTRICOM, “foram vitórias importantes, mas é preciso que a legislação deixe claro essa questão para que os sindicatos não continuem sendo pressionados pelas ações do MP e sejam fortalecidos com a possibilidade dessa extensão”.

CENTRAIS – No dia de ontem (14), o deputado Bebeto e o presidente da Comissão Especial, Paulinho da Força, estiveram reunidos em Brasília para discutir as propostas contidas no parecer do relator, na busca de um entendimento para a proposta que deverá ser apresentada hoje.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

FETICEMA conclui primeira fase do processo eleitoral. CONTRICOM presente!

A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Maranhão - FETICEMA, presidida pelo companheiro Francisco das Chagas Viana, que é também 2º vice-presidente da CONTRICOM, concluiu neste domingo (12) a primeira fase das eleições para a escolha da diretoria da entidade.

O evento mobilizou os delegados representantes dos sindicatos da categoria filiados à Federação e, diante da inexistência de quórum para a primeira convocação, será realizada uma segunda chamada, em 15 dias, quando 50% mais um dos delegados poderá eleger a diretoria. Não havendo quórum, uma terceira convocação será feita e a decisão será tomada com qualquer quórum.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, fez questão de participar diretamente do processo eleitoral, quando, ao lado presidente da FETICEMA, buscou uma conciliação entre as duas chapas concorrentes. No entanto, os representantes da chapa 2, de oposição, resolveram não comparecer ao pleito, que transcorreu dentro das regras legais e estatutárias.

Segundo Mazinho, “fizemos um chamamento ao diálogo para buscar um entendimento entre as diversas lideranças sindicais da Federação, mas, infelizmente, isso não foi possível porque uma das partes decidiu não participar.



As eleições transcorreram em clima de normalidade na FETICEMA



Na foto acima, o presidente Mazinho com as lideranças sindicais da FETICEMA. Abaixo, o presidente Francisco Chagas Viana, na presença de Mazinho, fala durante a primeira fase das eleições para a escolha da diretoria da Federação

Mazinho participou de uma reunião prévia à eleição com os dirigentes da FETICEMA e buscou construir essa unidade, o que não foi possível em razão da ausência de algumas lideranças nas discussões.

Mesmo assim, o presidente da CONTRICOM acredita que a entidade “sairá fortalecida desse processo e em melhores condições de defender o interesse dos trabalhadores no Estado do Maranhão, sob a liderança desse valoroso companheiro que Francisco das Chagas Viana, nosso 2º vice-presidente na CONTRICOM”.

Já o presidente da FETICEMA, Francisco das Chagas Viana, relatou “todos os esforços que foram feitos no sentido de se buscar a unidade, que seria importante para fortalecer ainda mais nossa Federação, inclusive com a ajuda do presidente da CONTRICOM”.

Ele lamentou que isso “ainda não foi possível”, mas que “o processo não pode parar e vamos fazer uma nova chamada para que os representantes dos Sindicatos concluam as eleições. Temos muitos desafios pela frente para defender nossos trabalhadores e precisamos fortalecer nossa entidade”, afirmou.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Conselho de Ética aprova por 11 votos a 9 parecer pela cassação de Cunha

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados **(foto)** aprovou nesta terça-feira (14) o pedido de cassação do mandato do presidente



afastado da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) por quebra de decoro parlamentar. Por 11 votos a nove, os deputados acataram o parecer do deputado Marcos Rogério (DEM-RO) que afirma que Cunha quebrou o decoro ao mentir sobre ter contas no exterior durante depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras.

Segundo o relator, Cunha é o dono de pelo menos quatro contas na Suíça: Köpek; Triumph SP, Orion SP e Netherton. Ao pedir a cassação de Cunha, Rogério disse que as contas são verdadeiros “laranjas de luxo”. “Estamos diante do maior escândalo que este colegiado já julgou, não se trata apenas de omissão, de mentira, mas de uma trama para mascarar a evasão de divisas, a fraude fiscal”, disse Rogério. “Estamos diante de uma fraude, de uma simulação de empresas de papel, de laranjas de luxo criadas para esconder a existência de contas no exterior”, acrescentou.

Cunha nega a propriedade das contas, mas admitiu ter o usufruto de ativos geridos por trustes estrangeiros.

O processo de Cunha no Conselho de Ética é considerado o mais longo no colegiado e foi marcado por inúmeras manobras que protelaram



a decisão dessa terça-feira. A representação contra Cunha foi entregue pelo PSOL e Rede à Mesa Diretora da Câmara, no dia 13 de outubro de 2015. A Mesa, comandada por Cunha, levou o prazo máximo de 14 dias para realizar a tarefa de numerar a representação e enviá-la ao Conselho de Ética, o que retardou o início dos trabalhos do colegiado. O processo só foi instaurado quase um mês depois da representação, em 3 de novembro de 2015.

Agora o processo contra Cunha precisa ser analisado em plenário. Para que Cunha tenha o mandato cassado, é preciso pelo menos 257 votos, a maioria absoluta dos 513 deputados.

Fonte: Agência Brasil

Reforma da Previdência é tema de nova audiência na Comissão do Idoso

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara Federal promove um novo debate sobre a Reforma da Previdência nesta quarta-feira (15).

A audiência foi solicitada pelo deputado Roberto de Lucena (PV-SP) e faz parte de uma série de debates que a comissão vai realizar para obter dados técnicos, demográficos, sociais e econômicos para corroborar a elaboração de uma proposta de reforma previdenciária eficiente.

No último dia 7, a consultora legislativa especialista em Previdência Cláudia Augusta Ferreira Deud, em debate promovido pela comissão, disse que o impacto dos gastos com Previdência Social no Brasil é muito grande. “Em

2015, o governo federal gastou 1,3 trilhões, excluídos o refinanciamento da dívida e as transferências constitucionais. A rubrica como um todo já ocupa 32% dos gastos da União”, disse Cláudia.

O presidente do Fundo Paraná de Previdência Multipatrocinada, Renato Follador, também defendeu mudanças nas regras atuais. “Temos que entender que não podemos nos dar ao luxo, como um país que não é rico nem maduro, de aposentar gente com 54 anos de idade que vai viver até os 84 anos, que contribui por 35 anos com 31% e vai receber teoricamente 100% por mais 30 anos.”

Grupo de trabalho - No mês passado, o governo federal criou um grupo de trabalho interministerial, que inclui as centrais sindicais, para debater alterações nas regras previdenciárias. A proposta está na iminência de ser enviada ao Congresso Nacional. “Iremos ampliar o debate até que chegemos a uma proposta madura que possa ser encaminhada para o Congresso”, destacou Roberto de Lucena.

Debatedores - Além do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira, nesta quarta também foram convidados para participar da discussão o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah; o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados, Warley Martins Gonçalves; e o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos.

Fonte: Agência Câmara

Estudo internacional aponta 161 mil pessoas submetidas à escravidão no Brasil, diz Paim

Em discurso nesta terça-feira (14), o senador Paulo Paim (PT-RS) registrou que, de acordo com o Ministério do Trabalho, 1.010 pessoas foram retiradas da situação de escravidão em 2015 no Brasil. A maioria dessas pessoas – 61% – estavam sendo exploradas em áreas urbanas, acrescentou o senador, 12 delas eram menores de idade e 65 eram imigrantes, a maior parte bolivianos, chineses e haitianos.

Os setores que mais concentraram essa exploração foram o têxtil e a construção civil, completou. Além disso, informou Paim, recente estudo internacional apontou que o Brasil ainda tem 161 mil pessoas submetidas à chamada escravidão moderna.

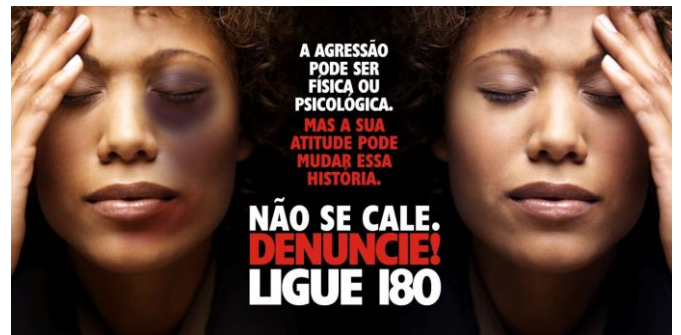
- A escravidão moderna ocorre quando uma pessoa controla a outra com intenção de explorá-la, retirando sua liberdade individual. Entre essa forma de escravidão estão o tráfico de pessoas, o trabalho infantil, a exploração sexual, o recrutamento de pessoas para conflitos armados e o trabalho forçado em condições degradantes – disse o senador.

JUSTIÇA DO TRABALHO – O senado Paim também levou em Plenário manifesto em defesa dos direitos trabalhistas e da atuação da Justiça do Trabalho. O documento, assinado por 19 ministros do Tribunal Superior do Trabalho, ressalta a persistência no Brasil de “formas inaceitáveis de degradação e exploração”, com elevados índices

de trabalho infantil, de escravidão e de acidentes de trabalho. Os juízes ainda criticam as propostas que, sob o argumento de enfrentar a crise, consideram reduzir benefícios sociais e tirar direitos históricos dos trabalhadores.

"Agredir o direito do trabalho e a Justiça do Trabalho é desproteger mais de 45 milhões de trabalhadores, vilipendiar cerca de 10 milhões de desempregados, fechar os olhos para milhões de mutilados e revelar-se indiferente à população de trabalhadores do campo e da cidade", diz o manifesto lido por Paim.

Fonte: Agência Senado



Senadores aprovam PEC que garante assistência social a mulheres vítimas de violência

Os senadores aprovaram, em primeiro turno, por 78 votos favoráveis e nenhum contrário, a PEC 43/2012, que inclui as mulheres vítimas de violência entre os beneficiários da política de assistência social estabelecida pela Constituição. A proposta é da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e foi relatada pelo senador Paulo Paim (PT-RS).



O texto Constitucional estabelece que a assistência social será prestada “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Na redação atual, esse dispositivo tem por objetivos, entre outros, proteger a família, amparar crianças e adolescentes carentes e habilitar pessoas portadoras de deficiência.

Fonte: Agência Senado

Câmara debate desemprego no comércio e indústria

A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara realizou nessa terça-feira (14) audiência pública para debater o impacto do aumento do desemprego no comércio e na indústria. Os desempregados no país chegaram a 11,4 milhões de pessoas no semestre encerrado em abril, segundo o IBGE.

O representante do ministério do Trabalho, Mário Magalhães, disse que a taxa de desemprego de 11,2% registrada no primeiro trimestre de 2016, de acordo com o IBGE, traz consequências para o desenvolvimento econômico.

De acordo com o analista técnico do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Douglas Finardi, as altas taxas de desemprego influenciam na expectativa das famílias, que acabam retraindo o consumo. Ele fala sobre os impactos da diminuição do emprego no comércio.

Já o diretor de Indústrias Intensivas em Mão de Obra do MDIC, Marcos Prates, defendeu uma reforma profunda no país para aumentar a

eficiência e a produtividade. Ele disse que o país tem o desafio de mudar essa realidade, promover o crescimento e gerar empregos.

Fonte: Portal EBC

AGENDA DO PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Acompanha, hoje, em Brasília, na Comissão Especial de Financiamento Sindical, a apresentação e discussão do parecer sobre a matéria, na Câmara dos Deputados.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)